

# PMDB lutará até o fim por Márcia

Carmen Kozak

Mesmo com os dois últimos resultados desfavoráveis à candidatura de Márcia Kubitschek, o PMDB insiste em mantê-la na disputa por uma vaga à Câmara Federal nas eleições de 15 de novembro. O presidente do partido, Milton Seligman, afirma estar confiante no resultado dos recursos jurídicos a serem apresentados ao TSE e, por isso, "não é necessário o seu afastamento".

Mas este não é o único motivo que sustenta o apoio incondicional da direção regional do PMDB à Márcia. Ela é apontada nas pesquisas e em todo meio político, como a candidata mais forte do PMDB e, certamente, terá um dos maiores percentuais de votação. Por isso, além de arriscar em um bom resultado junto ao TSE, o PMDB tenta garantir uma vaga de deputado federal.

Tudo está ligado à maneira que será conduzida a sua defesa no TSE. Os advogados do partido tentarão enumerando diversos dispositivos da legislação, revogar as decisões do TSE que anularam o seu título de 12 de novembro de 1985, e cassou o registro de candidatura. Não pouparão esforços, no entanto, para impedir o cancelamento do registro. Se este último objetivo for alcançado, Márcia Kubitschek não poderá participar da primeira bancada parlamentar do DF, mas o PMDB garantirá a substituição pelo primeiro suplente da legenda, já que os votos da filha de JK não serão anulados.

## Os processos

Crime de falsidade ideológica, anulação do processo de transferência do domicílio eleitoral de Belo Horizonte para Brasília, e cassação do registro de candidatura, são os três processos que estão correndo, no momento, contra a candidata do PMDB, Márcia Kubitschek. A liminar concedida pelo ministro do TSE, Roberto Rosas, que suspende os efeitos da decisão do TRE que cassou o seu registro, garante a sua votação no dia 15 de novembro. Mas, mesmo assim, o futuro da filha de JK na política do DF, continua incerto.

Caso seja eleita, está sujeita a pedido de cassação do seu diploma, pois de acordo com a sentença do juiz da 1ª Zona Eleitoral, Simão Guimarães de Sousa — confirmada pelo TRE, na última quinta-feira — a transferência de seu título foi anulada, por serem constatadas diversas irregularidades. Assim, Márcia não cumpre o pré-requisito básico para ser elegível por Brasília, que é domicílio eleitoral por um período mínimo de um ano.

O advogado do PMDB Fernando Neves da Silva, afirmou que apresentará recurso no TSE, pedindo a anulação das decisões do TRE. Em tese, o TSE terá três temas para julgar: a sentença do juiz Simão, o julgamento do TRE que anulou o título de 12 de novembro de 1985; e a cassação do registro de candidatura de Márcia. As matérias, apesar de interligadas, não precisam de um julgamento final idêntico. Ou seja, o TSE poderá reconhecer a sentença que anula o seu título, sem cassar o seu registro. É este detalhe que decidirá pela nulidade de seus votos, após a cassação do registro.

Hipoteticamente, se o TSE manter o registro e desconhecer a transferência, Márcia será uma candidata inelegível, eleita com registro reconhecido em última instância. Neste caso, se for cassada depois da diplomação, os seus votos continuarão contando para a legenda e tomará posse o primeiro suplente do PMDB.

Os seus votos só serão considerados nulos, se o TSE acatar o julgamento de sexta-feira, que cassou o registro da filha de JK. Segundo a legislação eleitoral, candidato eleito, que por motivo superveniente tenha o seu registro cassado, tem os seus votos automaticamente anulados — o que dá direito a vaga ao nono colocado, independente da legenda.